

ACC reduzirá custo de insumos

Lívia Ferrari
do Rio

entre as medidas adotadas ontem pelo governo, uma delas chamou a atenção do setor exportador: a possibilidade da contratação de operações de adiantamento de contrato de câmbio (ACC) para produtores de insumos. "É uma forma de equiparar os custos financeiros do mercado interno aos custos financeiros do mercado internacional", diz o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Marcus Pratini Vinícius de Moraes, apostando no aumento da competitividade das vendas externas do País a partir dessa providência.

Na prática, o acesso às operações de ACC significa que a empresa fabricante de insumos e matérias-primas, a serem utilizados em produtos finais exportáveis, poderão tomar financiamento no mercado doméstico a um custo da ordem de 17% ao ano (cerca de 10% de juros mais variação cambial em torno de 7% ao ano), enquanto que os juros domésticos atingem hoje 40% ao ano, calcula José Augusto Castro, da Proceix Internacional, convicto de que as menores taxas dos ACC terão reflexos positivos nos preços dos produtos de exportação.

Da mesma forma, Antenor Barros Leal, diretor do grupo Pena Branca – que atua no setor avícola e moageiro – afirma que a possibilidade de tomada de ACC é "muito importante para compatibilizar custos e aumentar a capacidade exportadora". Segundo ele, "a medida representa um 'hedge' cambial e afasta a aflição de economistas que defendem a desvalorização do câmbio como alternativa para ampliação de competitividade das exportações brasileiras".

Barros Leal, que é também vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), destacou ainda a determinação do governo de criar um fundo de aval para pequenas e médias empresas, incentivando exportações e investimentos. Com isso, as empresas de menor porte, que enfrentam dificuldades de garantias bancárias, terão mais condições de acesso a financiamentos. "A medida é importante para a geração de empregos", avalia ele.

Embora não estejam descartados aumentos nas alíquotas do Imposto de Importação, o governo não chegou a anunciar ontem medidas objetivas no sentido de frear importações. Providências nesse sentido são esper-

adas para breve, principalmente porque, segundo os especialistas, o Brasil tem margem de manobra para elevar tarifas, pois elas estão consolidadas no Acordo Geral de Tarifa e Comércio (Gatt) em até 35%. A questão, contudo, não é simples, pois envolve negociações com os demais parceiros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), composto pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Ainda assim, os empresários que atuam em comércio exterior acreditam na redução do ritmo das compras externas do País como consequência da esperada retração no nível da atividade econômica e da anunciada elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os automóveis. Nas importações, o IPI é base de cálculo para o Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ou seja, as importações de carros, que pagam IPI e ICMS, terão seus custos ampliados. A medida, que afeta as compras de carros provenientes do Mercosul e de terceiras origens, tem impacto especial, já que os automóveis são hoje um dos principais itens da pauta de importações brasileiras.

Apesar de reconhecerem que o setor externo saiu fortalecido com o pacote do governo, os empresários do setor lembram que sua eficácia dependerá da "velocidade e da simplicidade de implementação das medidas", destaca Pratini de Moraes. Para ele, contudo, os maiores impasses para o incremento das exportações não foram resolvidos. "Continuam sendo a elevada carga tributária e os altos custos portuários", afirma ele. ■